

Demonstrações Financeiras

Cemig PCH S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	8
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	10
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	11
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	13
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	14
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	14
2. BASE DE PREPARAÇÃO	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	18
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	19
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS	20
7. IMOBILIZADO	21
8. INTANGÍVEL	23
9. FORNECEDORES	25
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	26
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS	26
12. RECEITA LÍQUIDA.....	28
13. CUSTOS E DESPESAS	30
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	30
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	31
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	33
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	35

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$6.000 mil (45.952 mil em 31 de dezembro de 2022), representado por 6.000.000 (seis milhões) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

DESEMPENHO OPERACIONAL POR NEGÓCIO

Resultado do Exercício

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 14.973 mil em 2023, em comparação a R\$ 22.030 mil em 2022. A variação deve-se, principalmente, ao aumento nos custos e despesas e ao aumento nos impostos da Companhia.

Receita Operacional

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 28.281 mil em 2023 em comparação a R\$31.151 mil em 2022. A variação se deve, principalmente, à redução na receita de Suprimento Comercial, bem como a não realização de contratos na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Custos e Despesas

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 11.706 mil em 2023, comparado a R\$ 10.385 mil em 2022. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$ 5.504 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 26.88% em relação ao resultado de R\$ 20.477 mil antes dos efeitos fiscais. Comparativamente, em 2022, a Companhia

apurou o montante de R\$ 2.985 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 11,93% em relação ao Resultado de R\$ 25.015 mil antes dos efeitos fiscais.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2023, o LAJIDA foi de R\$ 20.146 mil (R\$ 23.828 mil em 2022) e a margem do LAJIDA foi de 75,34% no mesmo período (80,94% em 2022), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2023	2022	Var. %
Resultado Líquido	14.973	22.030	(32,03)
Despesa de IR e CS	5.504	2.985	84,39
Depreciação e Amortização	5.113	4.775	7,08
Resultado Financeiro	(5.444)	(5.962)	(8,69)
LAJIDA	20.146	23.828	(15,45)

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Destinação do Resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$ 14.973 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$ 2.202 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2023, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 8.588 mil para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$ 8.587 mil para pagamento de dividendos adicionais.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da Aneel).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

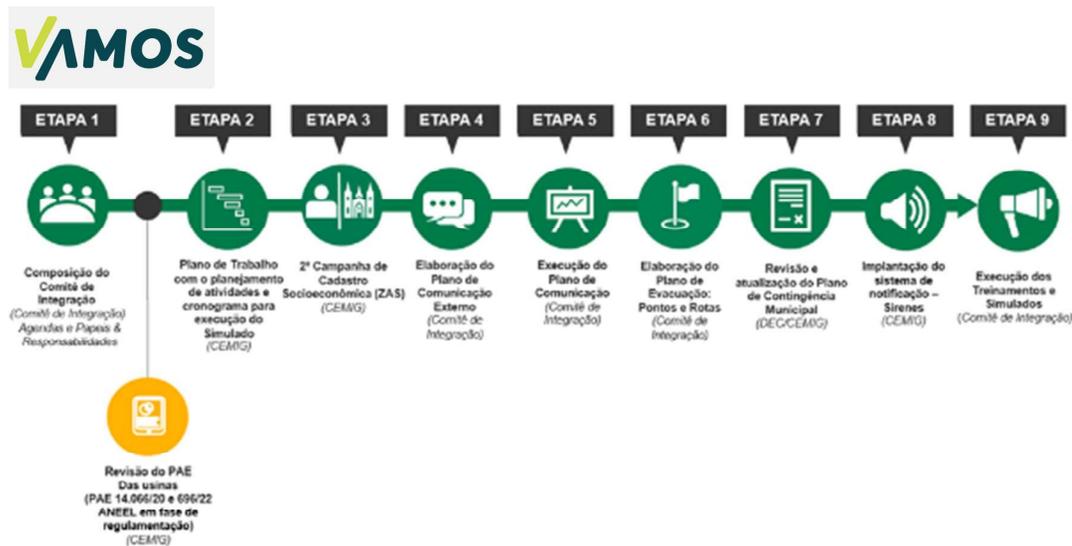
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civas e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura. Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2023, assim como ocorrido para as barragens, e específico para a população afeta ao PAE das

barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra agenda e metodologia dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONs- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2023 se caracterizou pela execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2023, foram executados:

- 06 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau, e para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho e Queimado;
- 07 Diagnósticos da ZAS realizados para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal, e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 07 Planos de Trabalhos entregues para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho, Rosal e para as PCHs: Dona Rita, Coronel Domiciano, Peti e Piau;
- 05 Ações de Cadastro da população da ZAS realizados, para as UHEs Três Marias, Rosal e Sá Carvalho e para as PCHs: Peti e Coronel Domiciano.
- 08 Planos de Comunicação em elaboração, para as UHEs: Rosal, Sá Carvalho, Queimado e Três Marias e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita, Piau, Peti;
- 06 Planos de Evacuação em andamento, para as UHEs: Três Marias, Sá Carvalho e Rosal e para as PCHs: Coronel Domiciano, Dona Rita e Piau;

Ainda em 2023, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Camargos/Itutinga, Rosal, Irapé, Queimado e Theodomiro Carneiro Santiago. Os eventos contaram com a participação de cerca de 242 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig PCH manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil
Telefone +55 (31) 2128-5700
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Cemig PCH S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig PCH S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig PCH S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 14 de junho de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Mateus Cunha Figueiredo
Contador CRC MG-105612/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	2.422	7.325
Títulos e Valores Mobiliários	4	4.411	41.684
Consumidores e Revendedores	5	2.501	2.239
Tributos Compensáveis	6	47	40
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		418	279
TOTAL DO CIRCULANTE		9.799	51.567
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores Mobiliários	4	-	157
Tributos Compensáveis	6	553	517
Imobilizado	7	44.541	49.446
Intangível	8	773	363
Direito de Uso		132	83
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		45.999	50.566
ATIVO TOTAL		55.798	102.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2023	2022
CIRCULANTE			
Fornecedores	9	801	959
Encargos Regulatórios		7	7
Impostos, Taxas e Contribuições	10	248	251
Dividendos a pagar	11	8.588	11.573
Convênio de compartilhamento	16	158	157
Passivo de Arrendamento		12	11
Outras obrigações		77	-
TOTAL DO CIRCULANTE		9.891	12.958
NÃO CIRCULANTE			
Impostos, Taxas e Contribuições	10	386	358
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15a	2.807	1.394
Passivo de Arrendamento		131	79
Provisões ambientais		379	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		3.703	1.831
TOTAL DO PASSIVO		13.594	14.789
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	11	6.000	45.952
Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	11	19.107	21.309
Reserva de Lucros	11	17.097	20.083
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		42.204	87.344
PASSIVO TOTAL		55.798	102.133

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)

	Nota	2023	2022
RECEITA LÍQUIDA	12	26.739	29.438
CUSTOS	13		
Custos com energia elétrica		(2.832)	(1.992)
Custos de operação		(7.945)	(7.338)
		(10.777)	(9.330)
LUCRO BRUTO		15.962	20.108
DESPESA OPERACIONAL			
Despesas Gerais e Administrativas		(795)	(868)
Outras Despesas Operacionais		(134)	(187)
		(929)	(1.055)
Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos		15.033	19.053
Receitas Financeiras	14	5.479	6.031
Despesas Financeiras	14	(35)	(69)
		5.444	5.962
Resultado Antes dos Impostos sobre o Lucro		20.477	25.015
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	15	(4.091)	(2.238)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15	(1.413)	(747)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		14.973	22.030

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
RESULTADO DO EXERCÍCIO	14.973	22.030
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	14.973	22.030

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022 (Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Reserva de ajustes de avaliação	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	45.952	7.408	13.229	23.527	-	90.116
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.218)	2.218	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(13.229)	-	-	(13.229)
Resultado do exercício	-	-	-	-	22.030	22.030
Destinação do lucro proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	1.102	-	-	(1.102)	-
Dividendos Obrigatórios	-	-	-	-	(11.573)	(11.573)
Dividendos adicionais propostos	-	-	11.573	-	(11.573)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	45.952	8.510	11.573	21.309	-	87.344
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.202)	2.202	-
Redução de capital	(39.952)	-	-	-	-	(39.952)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(11.573)	-	-	(11.573)
Resultado do exercício	-	-	-	-	14.973	14.973
Destinação do Lucro Proposta à AGO:						
Constituição Reserva Legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(8.588)	(8.588)
Dividendos adicionais propostos	-	-	8.587	-	(8.587)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	6.000	8.510	8.587	19.107	-	42.204

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	14.973	22.030
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	5.109	4.775
Amortização do direito de uso	4	3
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 15)	5.504	2.985
PIS/Pasep e Cofins diferidos	(10)	(63)
Variação monetária sobre depósitos vinculados a litígio (Nota 14)	-	(39)
Juros - Passivo de arrendamento	11	11
Juros e variações monetárias	(5.378)	(5.355)
	<u>20.213</u>	<u>24.347</u>
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(262)	(189)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(33)	74
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(905)	(78)
Outros ativos	(53)	2.965
	<u>(1.253)</u>	<u>2.772</u>
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	(158)	451
Impostos, taxas e contribuições	25	174
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15)	-	(855)
Convênio de compartilhamento (Nota 16)	1	19
Outras obrigações	68	106
	<u>(64)</u>	<u>(105)</u>
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	18.896	27.014
Imposto de renda e contribuição social pagos	(3.325)	(1.383)
Juros resgatados	5.312	1.746
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	20.883	27.377
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aplicações em Títulos e valores mobiliários	(22.523)	(36.311)
Resgate de Títulos e valores mobiliários	60.019	30.554
Em Intangível (Nota 8)	(5)	-
Em imobilizado (Nota 7)	(167)	(3.073)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	37.324	(8.830)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos (Nota 11f)	(23.146)	(13.229)
Redução de capital (Nota 11)	(39.952)	-
Arrendamentos pagos	(12)	(11)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(63.110)	(13.240)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(4.903)	5.307
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício (Nota 3)	7.325	2.018
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício (Nota 3)	2.422	7.325
	<u>(4.903)</u>	<u>5.307</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 2 de outubro de 2001, foi constituída a Cemig PCH S.A. (“Companhia” ou “Cemig PCH”), sociedade anônima de capital fechado, que tem como controladora a Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT”) e como controladora final a Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”). A Companhia é domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 23 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento e Santa Juliana, Estado de Minas Gerais. A autorização Aneel da PCH Pai Joaquim vence em 2032.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim é 100% incentivada e comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

De acordo com a Portaria MME 254/2017, a garantia física da PCH Pai Joaquim é de 13,91 MW médios.

Em 2009, a publicação da Portaria no Ministério de Minas e Energia (MME) nº 463 estabeleceu uma metodologia para o cálculo dos montantes de energia assegurada de energia de usinas hidrelétricas não despachadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico. Em 2011, foi publicado o Despacho pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) nº 3.584, excluindo a PCH Pai Joaquim do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Em 2012, com a publicação da Portaria MME nº 58, de 30 de julho de 2012, alterando a garantia física de Pai Joaquim de 12,52 MW/médios para 2,41 MW/médios. Em 2013, com a publicação da Portaria MME nº 30 de 29 de janeiro de 2015, a garantia física foi alterada para 4,26MW/médios.

Em abril de 2017, a Companhia ajuizou ação judicial contra os efeitos da Resolução Aneel 409/10 e em setembro de 2017 houve liminar do TRF-DF favorável à Cemig PCH S.A. Posteriormente, ocorreu a publicação da Portaria MME 254/2017 retornando à garantia física original de 13,91 MW/médios e em outubro de 2017 a usina retornou ao MRE.

Em 2021, foi proferida sentença desta ação, julgando parcialmente procedente os pedidos, ratificando integralmente a decisão liminar determinando o restabelecimento da garantia física da PCH Pai Joaquim.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresenta capital circulante líquido (ativo circulante menos passivo circulante) negativo de R\$900 mil (positivo de R\$39 mil em 31 de dezembro de 2022). A diminuição, em comparação à 2022, se refere à redução de capital ocorrida em 2023. Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e entende que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 14 de junho de 2024, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado na nota 17.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão da vida útil dos ativos);
- Nota 12- Receita líquida (Reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica); e
- Nota 19 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos.

2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2023 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Descrição da alteração
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 23 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são “valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração”. A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída.
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis	A Companhia adotou as alterações ao CPC 26 pela primeira vez no exercício corrente. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A Companhia revisou a apresentação de suas políticas contábeis, julgando a materialidade das mesmas.
CPC 32 – Tributos sobre o Rendimento	A Companhia adotou as alterações ao CPC 32 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações visam restringir o âmbito de aplicação da isenção de reconhecimento inicial, de modo que não se aplique a operações que deem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, resultando no reconhecimento de um ativo de impostos diferidos e um passivo de impostos diferidos por diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento inicial de arrendamentos. A Companhia já havia contabilizado o imposto diferido sobre arrendamentos, resultando em um efeito semelhante ao das alterações propostas. Sendo assim, não houve impacto sobre os lucros e prejuízos acumulados de abertura em janeiro de 2023, ou qualquer impacto no resultado da Companhia, estando o efeito dessa adoção relacionado apenas à apresentação de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos.

2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Início da vigência
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.	01/01/2024
CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)	As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.	01/01/2024
CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and Leaseback”	Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.	01/01/2024

As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início.

As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.

2.8 Reclassificação de itens nas Demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC)

A Companhia efetuou ajustes de classificação de itens na DFC de forma a melhorar a qualidade da divulgação das informações contábeis.

A apresentação do movimento ocorrido na rubrica de Títulos e Valores Mobiliários era divulgada em bases líquidas, no fluxo das atividades de investimento. A partir de 2023, a Companhia segregou esse movimento, passando a apresentar os juros efetivamente recebidos como parte do fluxo de caixa das atividades operacionais e as aplicações e resgates, de forma separada, no fluxo de caixa das atividades de investimento. Além disso, a Companhia passou a ajustar o lucro com o montante total do imposto de renda reconhecido no resultado.

A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2022 estão sendo apresentadas nesse mesmo critério.

2.9 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 2.7, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	2023	2022
Contas Bancárias	310	299
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	102	-
Overnight	2.010	7.026

TOTAL	2.422	7.325
-------	-------	-------

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDBs** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou 99% do CDI em 31 de dezembro de 2023. Não houve operação em 31 de dezembro de 2022 .

As **operações de aplicações automáticas (overnight)** consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa que varia 11,42% a 11,65% a.a em 31 de dezembro de 2023 (entre 13,62% a.a a 13,64%a.a em 31 de dezembro de 2022).

Estão divulgados na nota explicativa nº 17 (i) a exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e as políticas contábeis materiais.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2023	2022
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	421	4.577
Letras Financeiras - Bancos	2.719	27.259
Letras Financeiras do Tesouro	1.226	9.609
Debêntures	45	239
	4.411	41.684
Não Circulante		
Debêntures	-	157
	-	157
	4.411	41.841

Os **Certificados de Depósito Bancário – CDB** são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). Os CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103% a 104,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103% a 104,4% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras – Bancos (LFs)** são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 108,6% e 111,98% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre 103,3% e 110,26% em 31 de dezembro de 2022).

As **Letras Financeiras do Tesouro (LFT)** são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

As **Debêntures** são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 118,69% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 17. As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entendem que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de consumidor	Saldos a vencer	Total	
	Não faturado	2023	2022
Fornecimento industrial	2.501	2.501	2.239
Total	2.501	2.501	2.239

Política contábil

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissonárias de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2023	2022
Circulante		
ICMS	38	31
Pis/Pasep	2	2
Cofins	7	7
Total	47	40

Não Circulante		
PIS/Pasep	98	92
Cofins	455	425
	553	517
Total	600	557

7. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	2023			2022		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		116.016	(71.739)	44.277	112.381	(66.667)	45.714
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	4,17	29.818	(18.733)	11.085	29.556	(17.477)	12.079
Reservatórios, barragens e adutoras	4,34	47.500	(30.227)	17.273	47.500	(28.252)	19.248
Máquinas e equipamentos	5,65	38.689	(22.771)	15.918	35.316	(20.930)	14.386
Móveis e utensílios	6,25	9	(8)	1	9	(8)	1
Em curso		264	-	264	3.732	-	3.732
Máquinas e equipamentos		178	-	178	3.384	-	3.384
Outros		86	-	86	348	-	348
Total		116.280	(71.739)	44.541	116.113	(66.667)	49.446

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições /Transf. (A) + (B)	Depreciação acumulada	Depreciação 2023	Valor líquido em 31/12/2023
--	---------------------------	-------------	-------------	---------------------------	----------------------------	-----------------------	------------------	-----------------------------

Em serviço	112.381	-	3.635	116.016	3.635	(66.667)	(5.072)	44.277
Terrenos	166	-	-	166	-	(80)	(9)	77
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	47.500	-	(28.252)	(1.975)	17.273
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.390	-	262	29.652	262	(17.397)	(1.247)	11.008
Máquinas e equipamentos	35.316	-	3.373	38.689	3.373	(20.930)	(1.841)	15.918
Móveis e utensílios	9	-	-	9	-	(8)	-	1
Em curso	3.732	167	(3.635)	264	(3.468)	-	-	264
Máquinas e equipamentos	3.384	167	(3.373)	178	(3.206)	-	-	178
Outros	348	-	(262)	86	(262)	-	-	86
Total	116.113	167	-	116.280	167	(66.667)	(5.072)	44.541

	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (A) + (B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	111.421	-	960	112.381	960	(66.667)	45.714
Terrenos	166	-	-	166	-	(80)	86
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	47.500	-	(28.252)	19.248
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.390	-	-	29.390	-	(17.397)	11.993
Máquinas e equipamentos	34.356	-	960	35.316	960	(20.930)	14.386
Móveis e utensílios	9	-	-	9	-	(8)	1
Em curso	1.619	3.073	(960)	3.732	2.113	-	3.732
Máquinas e equipamentos	1.212	3.132	(960)	3.384	2.172	-	3.384
Outros	407	(59)	-	348	(59)	-	348
Total	113.040	3.073	-	116.113	3.073	(66.667)	49.446

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel. Em 2023, a taxa média de depreciação anual foi de 4,75% (4,25% em 2022).

Política contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável,

se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são depreciados de acordo com o período da concessão.

8. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização %	2023			2022		
		Custo	Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Amort. acum.	Valor líquido
Em serviço		418	(92)	326	418	(55)	363
Ativos da concessão – GSF	8,8	418	(92)	326	418	(55)	363
Em curso		447	-	447	-	-	
Total		865	(92)	773	418	(55)	363

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (1)	Transf. (2)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (1) + (2)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
Em serviço	418	-	-	418	-	(92)	326
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	-	-	(92)	326
Em curso	-	447	-	447	447	-	447
Total	418	447	-	865	447	(92)	773

- (1) Inclui o montante de R\$ 442 referente aos gastos com as condicionantes ambientais que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida na Demonstrações dos Fluxos de caixa.

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	418	-	-	418	-	(55)	363
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	418	-	(55)	363
Em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	418	-	-	418	-	(55)	363

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
Cemig PCH	418			
PCH Pai Joaquim	418	04/04/2032	163	14/09/2032

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Licença de operação

A Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, obteve a licença de operação da UHE UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental.

Política contábil

A Companhia reconheceu um ativo intangível que representa o direito de extensão das concessões provenientes da repactuação do risco hidrológico.

Eventual ganho ou perda resultante do desconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

Estimativas e julgamentos

Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

No reconhecimento inicial, o valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

9. FORNECEDORES

	2023	2022
Suprimento e Transporte de Energia	357	314
Materiais e Serviços	444	645
TOTAL	801	959
Circulante	801	959
Não Circulante	-	-

10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2023	2022
Circulante		
ICMS	38	32
COFINS	73	66
PASEP	16	14
INSS	121	135
Outros	-	4
	248	251
Não circulante		
COFINS	317	294
PASEP	69	64
	386	358
TOTAL	634	609

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 6.000 mil (45.952 mil em 31 de dezembro de 2022) representado por 6.000 (seis milhões) (45.952.445 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

Foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 06 de junho de 2023, a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 39.952 mil, devolvendo, à vista, para a Cemig GT parte do Capital Social aportado. Assim o capital social passou de R\$45.952 mil para R\$6.000 mil.

b) Reservas

Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

Reservas de Lucros	2023	2022
Reserva legal	8.510	8.510
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	8.587	11.573
	17.097	20.083

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu a reserva legal em 2023, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou o montante de R\$ 8.597 na reserva de lucros em 2023 (R\$11.573 em 2022), referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

Reserva de Ajustes de Avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

c) Remuneração aos acionistas

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2023	2022
Dividendos		
Resultado do exercício	14.973	22.030
Reserva legal	-	(1.102)
Realização da reserva de ajustes de avaliação	2.202	2.218
	17.175	23.146
Dividendos obrigatórios	8.588	11.573
Dividendos adicionais propostos	8.587	11.573
Total dos dividendos	17.175	23.146

d) Destinação do resultado de 2023 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024, que, ao resultado do exercício de 2023, no montante de R\$ 14.973, acrescido do saldo de lucros acumulados, no montante de R\$ 2.202, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2023, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 8.588 para pagamento de dividendos obrigatórios; e,
- R\$ 8.587 para pagamento de dividendos adicionais.

e) Movimentação dos dividendos obrigatórios

Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.573
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	(11.573)
Proposta de dividendos obrigatórios ref. 2023	8.588
Saldo em 31 de dezembro de 2023	8.588

f) Pagamento de dividendos

Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2022	11.573
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2022	11.573
	23.146

12. RECEITA LÍQUIDA

	2023	2022
Fornecimento bruto de energia (a)	28.281	31.151

Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.542)	(1.713)
Receita operacional líquida	26.739	29.438

a) Fornecimento bruto de energia elétrica

Classe de consumidor	2023	2022
Fornecimento faturado - Industrial	2.435	2.411
Fornecimento - Não faturado	188	23
Suprimento a outras concessionárias	25.658	27.369
Transações com energia na CCEE	-	1.348
Total	28.281	31.151

b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas

	2023	2022
Cofins	438	914
PIS/Pasep	835	198
ICMS	181	522
Taxa de fiscalização de serviço de energia	88	79
Total	1.542	1.713

Política contábil

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

Fornecimento bruto de energia elétrica

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

Estimativas e julgamentos

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

13. CUSTOS E DESPESAS

Custos com energia elétrica

	2023	2022
Energia de curto prazo - CCEE	2.332	1.663
Encargos da rede básica de transmissão	500	329
	2.832	1.992

Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Materiais	221	239	-	-	221	239
Serviços de terceiros (a)	2.591	2.304	425	457	3.016	2.761
Depreciação	5.113	4.775	-	-	5.113	4.775
Outros Custos Operacionais	20	20	-	-	20	20
Pessoal	-	-	370	411	370	411
						-
Outras despesas	-	-	134	187	134	187
	7.945	7.338	929	1.055	8.874	8.393

a) Serviços de terceiros

	2023	2022
Manutenção, Conservação e Instalação	2.124	2.016
Conservação e Limpeza de Prédios	9	9
Tecnologia da Informação	82	78
Meio Ambiente	284	140
Auditoria Externa	31	40
Comunicação	15	9
Publicações	3	5
Vigilância	375	323
Serviços advocatícios	-	31
Outros	93	110
TOTAL	3.016	2.761

14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2023	2022
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira	5.409	5.961
Variação monetária de depósitos vinculados a litígios	-	39
Variação monetária de créditos tributários	6	2
Outras	64	29
	5.479	6.031
Despesas Financeiras		
Juros Passivo de Arrendamento	(11)	(11)
Atualização PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos a concessionárias	(9)	(42)

Outras	(15)	(16)
	(35)	(69)
RESULTADO FINANCEIRO	5.444	5.962

Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2023	2022
Não circulante		
Imposto de renda diferido		
Rendas não resgatadas	2.083	1.054
Compensação crédito tributário ativo	(199)	(190)
Ressarcimento custos – GSF	7	7
Diferido regime de caixa/competência	173	157
Contribuição social diferida		
Rendas não resgatadas	754	379
Compensação crédito tributário ativo	(107)	(102)
Ressarcimento custos - GSF	4	4
Diferido regime de caixa/ competência	92	85
Total	2.807	1.394

b) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição social

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	28.014	28.014
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	9.527	9.527
Outras Receitas Financeiras	52	52
Base de cálculo Lucro Presumido	11.820	12.941
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.773	1.164
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	1.158	0
IR e CS - Lucro Presumido	2.931	1.164

Rendas de Aplicações	(5.409)	(5.409)
Rendas de aplicações resgatadas	9.527	9.527
Rendas Aplicações não resgatadas	4.118	4.118
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	1.029	371
Receita por competência diferida	323	323
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	26	39
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferida receita por competência	10	3
Depósitos judiciais	-	-
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferida receita por competência	-	-
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
Total	-	-
Ajuste ECF	(2)	(2)
Corrente	2.929	1.162
Diferido	1.039	374

	31/12/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	29.431	29.431
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	2.739	2.739
Outras Receitas Financeiras	1.249	1.249
Base de cálculo Lucro Presumido	6.342	7.520
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	952	677
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	610	0
IR e CS - Lucro Presumido	1.562	677
Rendas Aplicações não resgatadas	3.223	3.223
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	806	290

Receita por competência diferida	1.720	1.720
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	138	206
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferida receita por competência	34	19
Depósitos judiciais	(1.179)	(1.179)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferida receita por competência	(296)	(107)
Amortização custos GSF	37	37
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	3	4
Alíquota	25%	9%
Total	1	-
Corrente	1.562	676
Diferido	545	202

Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Operações com energia elétrica Cemig Distribuição	-	-	2	2	-	-	(15)	(14)

As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Encargos								
Encargos de transmissão								
Cemig Distribuição	-	-	234	16	-	-	(703)	(529)

Os Encargos de Transmissão são valores mensais devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão pela prestação dos serviços de transmissão, calculados em função das tarifas e dos montantes de uso do sistema de transmissão contratados, em conformidade com a regulamentação definida pela Aneel.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Convênio de compartilhamento								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	158	157	-	-	(469)	(501)
Convênio de compartilhamento - O&M								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	122	48	-	-	(764)	(795)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	8.588	11.573	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou os Dividendos no total de R\$8.588 . Os detalhes acerca da composição e movimentação dos JCP e Dividendos estão presentes nota explicativa nº 11.

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	2.010	7.026	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	4.411	41.684	-	-	95	4.215	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	-	157	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 são demonstrados na tabela abaixo:

	2023	2022
Remuneração	19	17
Participação nos resultados	4	4
Previdência privada	2	2
Total (1)	25	23

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2023		2022	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e Revendedores		2.501	2.501	2.239	2.239
Títulos e Valores Mobiliários		-	-	5.988	5.988

		2.501	2.501	8.227	8.227
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	2.112	2.112	7.026	7.026
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	421	421	4.577	4.577
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.719	2.719	21.668	21.668
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.226	1.226	9.608	9.608
Debêntures	2	45	45	-	-
		6.523	6.523	42.879	42.879
		9.024	9.024	51.106	51.106
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(801)	(801)	(959)	(959)
Convênio de compartilhamento		(158)	(158)	(157)	(157)
Passivo de Arrendamento		(143)	(143)	(90)	(90)
		(1.102)	(1.102)	(1.206)	(1.206)

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2023 e 2022.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu

valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	496	305	-	-	-	801
Passivo de Arrendamento	1	2	9	50	212	274
TOTAL	497	307	9	50	212	1.075

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela PCH Pai Joaquim. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

Mensurados ao custo amortizado

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos; e

- convênio de compartilhamento.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Estimativas e julgamentos

Valor justo por meio do resultado

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

* * * * *

Leonardo George de Magalhães
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-04

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig PCH S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2023, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2024.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2024.

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis